

Inserção e dependência das exportações brasileiras em relação à Argentina: potencial das exportações brasileiras no mercado argentino

*Teresinha da Silva Bello**

O presente texto tem por objetivo avaliar o comércio potencial, a inserção e a dependência das exportações brasileiras junto ao mercado argentino.

O comércio potencial, em valores absolutos, para os produtos brasileiros na Argentina é calculado pela diferença, em dólares, entre as importações argentinas para determinado produto e as exportações brasileiras desse mesmo produto para o país vizinho.

A inserção representa o percentual de participação das exportações brasileiras, desagregadas por produto, nas importações argentinas dos respectivos produtos, sendo, portanto, uma maneira indireta de avaliar o comércio potencial.

E a dependência é entendida como o percentual de participação das exportações para um determinado país em relação ao total exportado, ambos também desagregados por produto.

O ano de 1998 foi escolhido porque os dados obtidos junto à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) só estavam disponíveis até essa data quando de sua obtenção e também por representar um período de valorização cambial no Brasil, o que dificultava sobremaneira as exportações. Assim, optou-se por analisar o desempenho das exportações brasileiras para a Argentina em uma fase pouco favorável às vendas externas, partindo-se do pressuposto de que, a partir de uma desvalorização cambial, outros produtos teriam maior facilidade de penetrar naquele mercado por se tornarem mais competitivos.

* Economista da FEE e Professora da PUCRS.

A autora agradece ao colega Álvaro Antônio Garcia pelas sugestões apresentadas ao texto e à estagiária Valéria Silva pela elaboração das tabelas.

Diante das mudanças cambiais ocorridas a partir do início de 1999, o quadro para as vendas externas do Brasil, de um modo geral, foi favorecido não pelo aumento das exportações, que, inclusive, diminuíram, mas pela queda acentuada das importações. Para a Argentina, as vendas externas também caíram em 1999. Esse fato ocorreu não por causa da falta de competitividade do Brasil, mas, principalmente, devido à crise que se abate sobre a economia argentina. Mesmo assim, os graus de inserção e de competitividade para as exportações brasileiras no mercado vizinho não devem ter-se alterado sobremaneira, não invalidando, pois, as classificações registradas em 1998.

A forte reação da Argentina diante da mudança na política cambial brasileira a partir de janeiro de 1999 não pode ser ignorada, e os casos mais graves de reação por parte dos argentinos também serão vistos ao longo do trabalho.

A primeira parte do texto faz um apanhado geral da pauta de importação da Argentina, destacando os principais produtos importados por aquele país.

A seguir, é feita uma análise do comércio potencial, da inserção e da dependência para o Brasil em relação ao mercado da Argentina, enfatizando-se a inserção e a dependência de acordo com uma classificação por grupos: inserção alta e dependência baixa; inserção alta e dependência alta; inserção baixa e dependência alta; inserção baixa e dependência média; inserção alta e dependência média.¹

Concluindo, apresentam-se algumas considerações finais, com um resumo das principais colocações feitas ao longo do trabalho e algumas conclusões estabelecidas a partir das mesmas.

Breve perfil das importações argentinas

Uma análise do perfil das importações argentinas mostra um forte predomínio dos produtos industrializados, especialmente de produtos provenientes de indústrias novas, intensivas em capital, conforme pode ser observado na Tabela 1.

¹ A não-adoção do critério de inserção média, com o objetivo de evitar um excesso de classificações, trouxe, porém, um inconveniente, que é o de distanciar mercadorias cujo percentual de inserção está próximo. Ou seja, exemplificando: lingotes de ferro, com uma inserção de 50,54%, estão incluídos entre os produtos com alta inserção, enquanto veículos para o transporte de mercadorias, com uma inserção de 48,01%, se inclui no grupo de inserção baixa. Tal dificuldade é sanada, em grande parte, quando se especifica para cada produto o seu percentual de inserção, o que permite avaliar com melhor precisão o seu grau de inserção.

Tabela 1

Principais produtos da pauta de importação da Argentina — 1998

CUCI- -REVISÃO 2	PRODUTOS	VALOR (US\$ mil)
784	Partes e acessórios de veículos	1 685 937
781	Automóveis para passageiros	1 623 063
764	Equipamentos de telecomunicações e partes e acessórios	1 366 774
782	Veículos automóveis para o transporte de mercadorias	1 169 874
752	Máquinas para a elaboração automática de dados e unidades	806 255
541	Produtos medicinais e farmacêuticos	780 977
641	Papel e cartão	761 345
713	Motores de combustão interna, de êmbolo e suas partes	653 966
778	Máquinas e aparelhos elétricos	645 443
583	Produtos de polimerização e copolimerização	591 433
749	Partes e acessórios não elétricos de máquinas	514 562
716	Aparelhos elétricos rotários e suas partes e peças soltas	511 491
515	Compostos organominerais e heterocíclicos	492 071
741	Equipamento de calefação e refrigeração e suas partes	427 509
893	Artigos das matérias descritas no Capítulo 58	398 698
743	Bombas e compressores; ventiladores e sopradores; etc.	397 713
772	Aparelhos elétricos para ligação, corte de circuitos elétricos	387 699
728	Outras máquinas e equipamentos especiais para de- terminadas indústrias e partes	364 177
514	Compostos de funções nitrogenadas	344 328
874	Instrumentos e aparelhos de medição e afins	343 648
744	Equipamento mecânico de manipulação de merca- dorias e partes	340 436
	Subtotal	14 607 399
	Outros	16 485 207
	TOTAL	31 092 606

FONTE: CEPAL.

Dentre eles, merecem destaque os produtos da Seção 7 da Classificação Uniforme para o Comércio Internacional (CUCI) - revisão 2, correspondentes à maquinaria e equipamento de transporte. Dos 21 principais produtos de importação da Argentina, 14 pertencem à Seção 7, destacando-se os veículos rodoviários. Os demais produtos dessa seção incluídos entre os principais importados pela Argentina são: aparelhos, equipamentos para telecomunicações, gravação e som; máquinas de escritório e equipamento para elaboração automática de dados; máquinas e equipamentos geradores de força; maquinaria, aparelhos e partes elétricas não especificadas; máquinas e equipamentos industriais não especificados e partes de máquinas não especificadas; e máquinas especiais para determinadas indústrias.

A Seção 5 (produtos químicos e conexos) respondeu por quatro produtos, dentre os 21 principais importados pela Argentina: produtos medicinais e farmacêuticos; produtos de polimerização e copolimerização; compostos organominerais e heterocíclicos; e compostos de funções nitrogenadas. E os três produtos restantes foram: papel e cartão; artigos de resinas e matérias plásticas artificiais; e instrumentos e aparelhos de medição e afins.

A maior participação dos produtos brasileiros, dentre os listados na Tabela 1, está em veículos automóveis para o transporte de mercadorias, seguido de motores de combustão interna, de êmbolo e suas partes; enquanto a menor participação do Brasil está em equipamentos de telecomunicações e partes e acessórios e aparelhos elétricos rotários e suas partes e peças soltas.

Cabe ressaltar que o Brasil participa em todos os 21 principais itens de importação da Argentina (Tabela 2) e que o acordo automotivo entre os parceiros do Mercosul também deverá incentivar a corrente de comércio do Capítulo 78 da CUCI-revisão 2, estimulando o intercâmbio de veículos rodoviários e suas partes, tornando-se, assim, um bom mercado potencial para o Brasil junto ao mercado argentino.

Dentre os produtos com maior potencial de comércio (em dólares) para o Brasil junto ao mercado argentino, destacam-se os constantes na Tabela 2.

Com o impulso ao comércio bilateral Brasil-Argentina dado pelo Mercosul, ambas as variáveis (inserção e dependência) adquirem maior dinamismo na década de 90, conforme pode ser visto na Tabela 3.

A presença do Brasil nas importações argentinas (inserção) alcançou 21,03% em 1999, depois de haver registrado uma participação de 15,37% em 1990 e ter obtido seu maior percentual (22,22%) em 1997. Já a relação entre as exportações brasileiras para a Argentina e as exportações totais do

Brasil (dependência) variou de 2,05% em 1990 para 11,17% em 1999, depois de ter alcançado o ápice em 1998 (13,20%)².

A constituição do Mercosul levou tanto a um aumento da inserção dos produtos brasileiros no mercado argentino quanto a um aumento da dependência em relação a este último. Tal fato vai ao encontro do que se espera de um processo de integração que rumo a um mercado comum e apenas corrobora o que vem sendo dito nas teorias da integração, as quais afirmam que, a partir da formação de uma zona de integração, ali se pode verificar tanto a criação quanto o desvio de comércio em detrimento de países fora do bloco.

A Tabela 4 mostra o **efeito integração** como o grande impulsionador do comércio bilateral Brasil-Argentina, já que, à exceção do ano de 1999, em todos os demais o **efeito integração** se mostrou positivo, ou seja, a corrente de comércio concretizada entre os dois países sempre foi maior do que a corrente de comércio presumida, o que significa que a taxa de crescimento do comércio entre os dois países foi maior do que a taxa de seu comércio com o resto do mundo.

Entretanto alguns pontos devem ser destacados em relação aos dados constantes na Tabela 4. Tanto no caso do Brasil quanto no da Argentina, mesmo que o aumento do comércio bilateral tenha acontecido em decorrência da formação do Mercosul — que estaria absorvendo o comércio de outras regiões, ocasionando o chamado “desvio de comércio” —, deve-se salientar que a formação desse bloco se deu simultaneamente a uma crescente abertura comercial dos dois países em relação a terceiros mercados, o que levou, também, a um aumento do comércio extrabloco, o que pode induzir ao raciocínio de que o aumento do comércio intra-Mercosul pode ter ocorrido não apenas por desvio de comércio (Machado, Cavalcanti, 1999). Outro fato interessante é que, em 1999, com a mudança da política cambial brasileira e o agravamento da crise econômica que vem abalando a Argentina até os dias de hoje, a situação se mostrou diversa, e o efeito integração foi negativo. Mesmo assim, tendo em vista o comportamento observado ao longo de toda a década de 90 e sabendo-se que o Mercosul começou a ser implantado em março de 1991, pode-se optar pela hipótese de que a criação desse bloco econômico incrementou a corrente de comércio entre os dois países.

² Já a dependência da Argentina em relação ao Brasil é bem maior, tendo alcançado seu ponto máximo em 1997 e 1998 (30,39% em ambos) contra 11,21% em 1990 e 24,91% em 1999.

Tabela 2

Comércio potencial, inserção e dependência para as exportações brasileiras em relação aos principais produtos importados pela Argentina — 1998

CUCI-REVISÃO 2	PRODUTOS	IMPORTAÇÕES DA ARGENTINA (US\$ mil) (A)	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A ARGENTINA (US\$ mil) (B)	EXPORTAÇÕES TOTAIS DO BRASIL (US\$ mil) (C)
764	Equipamentos de telecomunicações e partes e acessórios	1 366 774	67 038	255 420
784	Partes e acessórios de veículos	1 685 937	625 821	1 788 823
781	Automóveis para passageiros	1 623 063	641 332	1 618 647
752	Máquinas para a elaboração automática de dados e unidades	806 255	82 343	216 909
541	Produtos medicinais e farmacêuticos	780 977	81 210	248 148
782	Veículos automóveis para o transporte de mercadorias	1 169 874	561 637	1 019 823
641	Papel e cartão	761 345	229 168	851 495
778	Máquinas e aparelhos elétricos	645 443	114 443	361 862
716	Aparelhos elétricos rotários e suas partes e peças soltas	511 491	25 994	265 255
515	Compostos organominerais e eterocíclicos	492 071	31 926	118 642
749	Partes e acessórios não elétricos de máquinas	514 562	55 285	385 225
583	Produtos de polimerização e copolimerização	591 433	175 070	439 942
713	Motores de combustão interna, de êmbolo e suas partes	653 966	272 021	1 141 817
741	Equipamento de calefação e refrigeração e suas partes	427 509	46 368	125 223
772	Aparelhos elétricos para ligação, corte de circuitos elétricos	387 699	28 154	157 362
893	Artigos das matérias descritas no Capítulo 58	398 698	44 587	150 309
743	Bombas e compressores; ventiladores e sopradores; etc	397 713	63 044	528 967
728	Outras máquinas e equipamentos especiais para determinadas indústrias e partes	364 177	30 890	121 461
744	Equipamento mecânico de manipulação de mercadorias e partes	340 436	18 379	117 959
874	Instrumentos e aparelhos de medição e afins	343 648	24 556	130 050
514	Compostos de funções nitrogenadas	344 328	36 932	329 489
	Subtotal	14 607 399	3 256 198	10 372 828
	Outros	16 485 207	3 485 755	40 548 492
	TOTAL	31 092 606	6 741 953	50 921 320

(continua)

Tabela 2

Comércio potencial, inserção e dependência para as exportações brasileiras em relação aos principais produtos importados pela Argentina — 1998

CUCI- -REVISÃO 2	PRODUTOS	COMÉRCIO POTENCIAL (US\$ mil) (A - B)	INSERÇÃO (B/A x 100)	DEPENDÊNCIA (B/C x 100)
764	Equipamentos de telecomunicações e partes e acessórios	1 299 736	4,90	26,25
784	Partes e acessórios de veículos	1 060 116	37,12	34,99
781	Automóveis para passageiros	981 731	39,51	39,62
752	Máquinas para a elaboração automática de dados e unidades	723 912	10,21	37,96
541	Produtos medicinais e farmacêuticos	699 767	10,40	32,73
782	Veículos automóveis para o transporte de mercadorias	608 237	48,01	55,07
641	Papel e cartão	532 177	30,10	26,91
778	Máquinas e aparelhos elétricos	531 000	17,73	31,63
716	Aparelhos elétricos rotários e suas partes e peças soltas	485 497	5,08	9,80
515	Compostos organominerais e etéricos	460 145	6,49	26,91
749	Partes e acessórios não elétricos de máquinas	459 277	10,74	14,35
583	Produtos de polimerização e copolimerização	416 363	29,60	39,79
713	Motores de combustão interna, de êmbolo e suas partes	381 945	41,60	23,82
741	Equipamento de calefação e refrigeração e suas partes	381 141	10,85	37,03
772	Aparelhos elétricos para ligação, corte de circuitos elétricos	359 545	7,26	17,89
893	Artigos das matérias descritas no Capítulo 58	354 111	11,18	29,66
743	Bombas e compressores; ventiladores e sopradores; etc	334 669	15,85	11,92
728	Outras máquinas e equipamentos especiais para determinadas indústrias e partes	333 287	8,48	25,43
744	Equipamento mecânico de manipulação de mercadorias e partes	322 057	5,40	15,58
874	Instrumentos e aparelhos de medição e afins	319 092	7,15	18,88
514	Compostos de funções nitrogenadas	307 396	10,73	11,21
	Subtotal	11 351 201	22,29	31,39
	Outros	6 562 776	21,14	8,60
	TOTAL	17 913 977	21,68	13,24

FORNE DOS DADOS BRUTOS: CEPAL

Tabela 3

Inserção e dependência do comércio Brasil-Argentina — 1990-99

ANOS	IMPORTAÇÕES DA ARGENTINA		EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A ARGENTINA		EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	Valor (US\$ milhões)	Variação %	Valor (US\$ milhões)	Variação %	Valor (US\$ milhões)	Variação %
1990	4 197	-	645	-	31 414	-
1991	8 403	100,21	1 476	128,84	31 620	0,66
1992	14 982	78,29	3 040	105,96	35 793	13,20
1993	16 873	12,62	3 659	20,36	38 555	7,72
1994	21 590	27,96	4 136	13,04	43 545	12,94
1995	20 122	-6,80	4 041	-2,30	46 506	6,80
1996	23 762	18,09	5 170	27,94	47 747	2,67
1997	30 450	28,15	6 767	30,89	52 990	10,98
1998	31 404	3,13	6 747	-0,30	51 120	-3,53
1999	25 508	-18,77	5 364	-20,50	48 011	-6,08

ANOS	INSERÇÃO		DEPENDÊNCIA	
	%	Variação %	%	Variação %
1990	15,37	-	2,05	-
1991	17,57	14,30	4,67	127,35
1992	20,29	15,52	8,49	81,95
1993	21,69	6,87	9,49	11,74
1994	19,16	-11,66	9,50	0,08
1995	20,08	4,83	8,69	-8,52
1996	21,76	8,34	10,83	24,61
1997	22,22	2,14	12,77	17,94
1998	21,48	-3,32	13,20	3,35
1999	21,03	-2,12	11,17	-15,35

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Argentina: Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC).

Brasil: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC).

Tabela 4

Efeito integração no comércio bilateral Argentina-Brasil — 1990-99

ANOS	CORRENTE DE COMÉRCIO BRASIL-ARGENTINA (US\$ milhões) (A)	VARIAÇÃO ANUAL DA CORRENTE DE COMÉRCIO BRASIL-ARGENTINA (%) (B)	CORRENTE DE COMÉRCIO BRASIL-ARGENTINA COM O MUNDO (US\$ milhões) (C)
1990	2 045	-	68 760
1991	3 091	51,15	73 210
1992	4 772	54,38	83 728
1993	6 376	33,61	93 952
1994	7 798	22,30	114 053
1995	9 632	23,52	137 563
1996	11 975	24,33	148 666
1997	14 799	23,58	169 709
1998	14 781	-0,12	166 679
1999	11 176	-24,39	146 063

ANOS	VARIAÇÃO ANUAL DA CORRENTE DE COMÉRCIO BRASIL-ARGENTINA COM O MUNDO (%) (D)	CORRENTE DE COMÉRCIO PRESUMIDA (1) (US\$ milhões) (E)	EFEITO INTEGRAÇÃO (US\$ milhões) (A - E)
1990	-	2 045	-
1991	6,47	2 177	914
1992	14,37	3 535	1 237
1993	12,21	5 355	1 021
1994	21,39	7 740	58
1995	20,61	9 405	227
1996	8,07	10 409	1 566
1997	14,15	13 669	1 130
1998	-1,79	14 534	247
1999	-12,37	12 953	-1 777

FONTE DOS DADOS BRUTOS: INDEC.

MDIC.

Tabela 1 do Anexo 1.

(1) Valor dos fluxos bilaterais com base na taxa de crescimento do comércio da Argentina e do Brasil com o resto do mundo.

Inserção e dependência das exportações brasileiras em relação ao mercado argentino

A partir das estatísticas de 1998 relativas às importações totais da Argentina, das exportações brasileiras para esse país e das exportações brasileiras totais, desagregadas a três dígitos da CUCI-revisão 2, far-se-á uma análise que avalie o comércio potencial, a inserção e a dependência.³ Com isso, permite-se uma maior compreensão do fenômeno em geral e, portanto, um melhor diagnóstico sobre o potencial das exportações brasileiras no mercado argentino. Para tanto, o total de produtos foi dividido em seis agrupamentos:

- inserção alta (acima de 50%) e dependência baixa (abaixo de 25%);
- inserção alta (acima de 50%) e dependência alta (acima de 50%);
- inserção baixa (abaixo de 50%) e dependência alta (acima de 50%);
- inserção baixa (abaixo de 50%) e dependência baixa (abaixo de 25%);
- inserção alta (acima de 50%) e dependência média (entre 25% e 50%);
- inserção baixa (abaixo de 50%) e dependência média (entre 25% e 50%).

Em relação às receitas de exportação do Brasil para a Argentina, observou-se que predominam os grupos de produtos com inserção baixa e dependência média e inserção baixa e dependência baixa, com participações de 46,35% e 29,74%, respectivamente, conforme pode ser observado na Tabela 5.

Já os produtos com inserção alta e dependência alta e inserção alta e dependência média são aqueles que apresentam os menores percentuais de participação nas vendas brasileiras para a Argentina (0,86% e 4,43% respectivamente).

Analisando-se pelo número de produtos que compõem cada grupo, sem levar em conta os valores exportados, observa-se que, para a grande maioria dos produtos, a inserção no país vizinho é relativamente escassa, predominando, assim, o grupo de produtos com inserção baixa e dependência também baixa, com 128 produtos (Tabela 5), representando, pois, um mercado marginal para vários produtos brasileiros. Segue-lhe o grupo caracterizado por inserção baixa e dependência média (51 produtos), para o qual o mercado argentino constitui um mercado de relativa importância para suas vendas, sem, contudo, seus produtos apresentarem condições excepcionais de competitividade frente aos concorrentes estrangeiros.

³ A relação dos produtos, segundo a Classificação Uniforme para o Comércio Internacional, encontra-se em anexo.

Tabela 5

Graus de inserção e dependência no comércio Brasil-Argentina — 1998

CLASSIFICAÇÃO	NÚMERO DE PRODUTOS	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A ARGENTINA	
		Valor (US\$ mil)	%
Inserção alta e dependência baixa	12	599 455	8,89
Inserção alta e dependência alta	3	58 179	0,86
Inserção baixa e dependência alta	11	655 255	9,72
Inserção baixa e dependência baixa	128	2 005 381	29,74
Inserção alta e dependência média ...	4	298 854	4,43
Inserção baixa e dependência média	51	3 124 827	46,35
TOTAL	209	6 741 951	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CEPAL.

Inserção alta e dependência baixa

Esse caso compreende as mercadorias com inserção alta (acima de 50%) e dependência baixa (abaixo de 25%) durante o ano de 1998 e abrange apenas 13 produtos, conforme a Tabela 2 do Anexo 1. Caracterizam-se, por isso, como importantes provedores do mercado argentino, já que mais de 50% das importações argentinas desses produtos provêm do Brasil, indicando a forte competitividade desses produtos brasileiros no mercado do país vizinho.

Paralelamente, uma parcela pequena das exportações brasileiras dos referidos produtos destina-se ao mercado da Argentina, o que lhes dá uma posição bastante privilegiada, já que não só lograram se inserir de modo substancial na estrutura de compras externas da Argentina, como têm suas exportações diversificadas para outros mercados, de tal modo que menos de 25% de suas vendas externas se dirigem ao mercado daquele país. Com isso, um possível esfriamento da economia argentina não deve ter um impacto muito grande sobre as exportações brasileiras desses produtos.

Por outro lado, o potencial de comércio para essas 13 mercadorias junto à Argentina é baixo, considerando-se como comércio potencial a diferença entre as importações argentinas do produto e as vendas brasileiras do mesmo ao país vizinho.

Vale ressaltar, também, que esses 13 produtos, embora se encontrem em posição privilegiada em relação ao mercado argentino, são produtos tradicionais da pauta de exportações do Brasil: carne, açúcar, café, tabaco e ferro. Portanto, não parece difícil ao País penetrar na estrutura de compras da Argentina, já que são considerados como fazendo parte dos ramos exportadores mais tradicionais no Brasil, com importantes vantagens comparativas e fortemente competitivos. Alguns desses produtos, inclusive, vêm enfrentando reações por parte da Argentina, a qual tem criado obstáculos à entrada de mercadorias brasileiras em seu território. A carne e o açúcar, dentre os produtos com inserção alta e dependência baixa, estão entre aqueles que vêm tendo sua entrada obstaculizada no território vizinho.

Em relação à carne, os problemas concentram-se nos frangos e nos suínos, sendo que os primeiros vêm encontrando dificuldades no mercado vizinho desde meados de 1998, já que os estados produtores do sul do Brasil, nos últimos anos, aumentaram sua produção e ganharam competitividade internacional. A partir da desvalorização cambial brasileira de janeiro de 1999, a situação agravou-se, e, no ano 2000, a Argentina fixou preços mínimos para a entrada de frangos brasileiros, alegando prática de *dumping* por parte do Brasil.

A carne suína também vem sendo motivo de discórdia entre Brasil e Argentina, com esta última acusando o Governo brasileiro de subsidiar a produção e a exportação de carne de porco, fato que se agrava devido ao alto percentual (60%) das compras totais de carne suína feitas pela Argentina ser proveniente do Brasil (Conflitos..., 2000).

Como contrapartida, a Argentina propôs um esquema de cotas nas importações provenientes do Brasil, bem como a aplicação de direitos compensatórios para os produtos processados originados da carne de porco (Conflitos..., 2000).

No caso do açúcar, o Governo argentino fechou seu mercado ao impor sobretaxas ao produto brasileiro, para proteger três províncias dependentes do açúcar no norte do País —Tucumán, Salta e Jujuy (Conflitos..., 2000). Essas sobretaxas argentinas, atualmente, praticamente têm impedido as exportações brasileiras de açúcar para o país vizinho.

Inserção alta e dependência alta

No caso das mercadorias com inserção alta e dependência alta (apenas três produtos: zinco; fibras artificiais para fiação e reboques; e outros veículos sem motor), a inserção alta confirma a competitividade desses produtos brasileiros no mercado do país vizinho (Tabela 3 do Anexo 1).

Entretanto a dependência dos mesmos em relação ao mercado argentino (mais de 50% do total de cada um deles, exportado pelo Brasil, se dirige para a Argentina) indica uma certa vulnerabilidade dos produtos a eventuais crises que possam se abater sobre a economia argentina e que tenham por consequência uma redução nas suas importações.

Por outro lado, por se tratar de provedores de forte peso, é mais difícil para seus compradores se desprenderem de um fornecedor tão importante do que de um marginal, o que, de certo modo, pode reduzir a vulnerabilidade decorrente de sua alta dependência em relação ao mercado argentino.

Inserção baixa e dependência alta

Esse conjunto de 11 produtos (Tabela 4 do Anexo 1) pode ser considerado o de maior risco em relação às flutuações da economia argentina, já que associa uma baixa inserção (o que denota pouca competitividade em relação aos concorrentes) com uma alta dependência, o que torna as mercadorias que dele fazem parte vulneráveis às variações cíclicas no país vizinho, tratando-se de provedores marginais das firmas argentinas. Fazem parte desse grupo: veículos para transporte de mercadorias; sabão e preparados para limpar e polir; fibras têxteis; tecidos; óleos e gorduras animais; acessórios de tecido; cortiça; hulha.

Dentre elas, destacam-se os veículos para transporte de mercadoria, cuja inserção, em 1998, foi de 48,01% (mostrando, com isso, uma certa competitividade), com uma dependência de 55,07% e um comércio potencial acima de US\$ 600 milhões, ainda que sua comercialização se dê sob um regime de comércio administrado e dentro de programas especiais de intercâmbio compensado, como parte de um acordo automotivo entre os dois países. Tal situação pode induzir a uma menor variabilidade que as demais rubricas em relação às oscilações macroeconômicas dos dois países, já que estas possuem grau bem menor de inserção.

Em relação ao sabão e preparados para limpar e polir, é importante destacar que os maiores fabricantes de material de limpeza no País também são empresas multinacionais e, portanto, bastante sujeitos a um comércio administrado.

Os tecidos de fibras artificiais, apesar de um comércio potencial superior a US\$ 168 milhões, precisariam de esforço substancial para aumentar sua participação no mercado argentino, dado que sua dependência ultrapassa os 60%, e o total exportado pelo Brasil desse produto está em torno de apenas US\$ 20 milhões (o que lhe confere um grau de inserção pouco abaixo dos 7%), indicando, com isso, a baixa competitividade do produto nacional no mercado externo.

Inserção baixa e dependência baixa

Esse grupo, o maior deles em número de mercadorias, contemplou um total de 128 produtos em 1998 (Tabela 5 do Anexo 1), abrangendo: leite; peixe; milho; frutas; chocolate; chá; bebidas; couros; látex; madeira; polpa de papel; seda; adubos; derivados de petróleo; óleos vegetais e animais; produtos químicos inorgânicos; extratos tintóreos; óleos essenciais; celulose regenerada; pneus; artigos de borracha; tecidos; manufaturas de minerais não-metálicos; ferro e aço; metais não ferrosos; arames; ferramentas; máquinas e equipamentos geradores de força; máquinas industriais; máquinas para trabalhar metais; bombas; radiorreceptores; gravadores; aparelhos elétricos; veículos e equipamentos para ferrovias; aeronaves e equipamentos; artefatos sanitários; móveis; roupas; calçados; instrumentos de ótica, de medicina e de medição; brinquedos; artigos de escritório e papelaria.

Em valores exportados, os 128 produtos representaram, em 1998, 29,74% das receitas de exportação do Brasil para a Argentina (Tabela 5), perfazendo um comércio potencial superior a US\$ 10 bilhões. Entretanto, apesar do processo de integração em andamento desde o início da década de 90, muitos desses produtos não conseguiram, ainda, exibir níveis significativos de comércio, mantendo os mesmos uma inserção marginal no mercado argentino, com participação abaixo dos 5%, apesar de sua importância na pauta de exportações do Brasil. Dentre estes, destacam-se: aeronaves; derivados de petróleo; radiorreceptores; máquinas e motores não elétricos, partes e peças; artigos de resinas e matérias plásticas. Em todos esses casos, é grande o comércio potencial, o que cria oportunidade para incrementar a participação brasileira no mercado argentino, já que a maior parte da produção se dirige a outros países.

Ressalte-se, porém, que, dentre esses 128 produtos, muitos deles são fabricados por empresas multinacionais, estando, por isso, sujeitos a um comércio administrado, o que leva em conta, acima de tudo, o interesse global da empresa. E, muitas vezes, embora competitivo, o produto originário de um país deixa de ser exportado para dar lugar a vendas de outras filiais, localizadas em outra região.

..... Duas grandes polêmicas comerciais entre o Brasil e a Argentina referem-se a produtos que, em 1998, fizeram parte desse grupo: siderurgia (674) e calçados (851). O papel (251), embora não apresente situações de confronto da gravidade dos dois primeiros, também está sujeito a restrições, já que, para ele, vigora um regime de cotas de importação, que permite ao Brasil vender 55 mil toneladas anuais ao parceiro do Mercosul.

Desde o início do processo de integração, o setor siderúrgico tem sido alvo de conflito entre a indústria brasileira e as aciarias argentinas. Ao mesmo tempo em que o Brasil se mantinha fortemente superavitário no comércio de produtos siderúrgicos com a Argentina, o nível de proteção tarifária desse setor sempre foi recorrente foco de discussões e controvérsias. A partir de 1999, porém, o conflito acentuou-se:

“(...) se ao longo dos dois anos anteriores à crise de 1999-2000, o setor siderúrgico tinha sido o principal ‘teatro de operações’ da disputa mantida entre Argentina e Brasil a respeito da aplicabilidade de medidas ‘antidumping’ sobre o comércio intrazona, o tema tomou maior relevância a partir da complexa situação gerada para as empresas argentinas do setor a partir do efeito combinado da queda final das tarifas residuais no comércio intrazona no final de 1999, a brusca contração da demanda interna e a desvalorização do real” (Conflitos..., 2000, p.47).

Desse modo, no primeiro semestre de 1999, a Argentina levou a cabo uma denúncia de *dumping* contra o Brasil, para laminados a quente. Em julho de 1999, iniciava-se uma investigação por *dumping* em laminados a frio provenientes do Brasil. Em dezembro de 1999, chegou-se a um acordo, que ainda está em vigor, limitando a 36 mil toneladas/ano as exportações brasileiras de aço em 2000, a 38 mil toneladas/ano em 2001 e a 39 mil toneladas/ano de 2002 a 2004, com preços mínimos de US\$ 325 a US\$ 365 por tonelada (Conflitos..., 2000).

Em relação aos calçados, a guerra comercial entre os dois países vizinhos também é bastante acirrada, pois, desde a implantação do Mercosul, os calçados de couro foram incorporados nas listas de exceções à liberalização intrazona, e, a partir da implantação da União Aduaneira em janeiro de 1995,

“(...) o intercâmbio intra-sub-regional ficou gravado com uma tarifa de 27%, com um cronograma de liberalização descendente que finalizou no princípio de 1999.

.....
“(...) o início do crítico ano de 1999 trouxe consigo dois fatos que acentuaram rapidamente as preexistentes disparidades competitivas

no âmbito sub-regional para o setor: a cessação das listas de adequação intrazona e a depreciação da moeda brasileira. Dessa forma, durante 1999 as importações argentinas de calçado brasileiro se expandiram quase 28% com respeito ao ano anterior, fato que contrastava com a forte redução que se observava nas importações totais” (Conflitos..., 2000, p.43).

A recessão econômica que se abateu sobre o Brasil e a Argentina em 1999 pressionou ainda mais o conflito, e, em meados desse ano, foi introduzida pela Argentina uma regulamentação técnica exigindo que

“(...) todo calçado comercializado no país devia possuir uma etiqueta com informação acerca dos materiais de elaboração, junto aos dados do fabricante ou importador. Poucos dias mais tarde, outra resolução (...) introduzia um sistema de licenças não automáticas de importação, com o fim de certificar o cumprimento do requisito de etiquetamento” (Conflitos..., 2000, p.43).

Tantas foram as dificuldades que os governos dos dois países decidiram estimular a subscrição de um acordo pelos empresários brasileiros e argentinos do setor. E, ao final de setembro de 1999, as câmaras empresariais dos dois países decidiram impor cotas para exportação para o primeiro semestre de 2000. Embora o comércio, atualmente, esteja aberto para os calçados, a Argentina ainda dificulta a importação ao impor certificação de qualidade de produto antes de autorizar a entrada do sapato brasileiro, mais barato do que o concorrente local.

Inserção alta e dependência média

Desse grupo fazem parte apenas quatro produtos — cacau; tecidos de algodão; artigos confeccionados com materiais têxteis; e veículos automotores (Tabela 6 do Anexo 1) —, que, em 1998, representaram apenas 4,43% das vendas brasileiras para a Argentina.

Embora considerados fortes fornecedores do mercado argentino, já que suas vendas correspondem a mais de 50% da importação argentina, tais produtos possuem um grau de dependência média (entre 25% e 50%) em relação ao mercado daquele país, o que indica uma certa independência em relação às importações da Argentina.

Se inserção alta e dependência baixa pode ser considerado o melhor dos mundos para um produto em relação a determinado mercado, uma inserção alta com dependência média pode ser considerado o segundo melhor posicionamento,

já que muitas das considerações feitas para a primeira opção podem se estender para esta última.

Vale salientar, porém, que os três primeiros produtos acima referidos se incluem entre os produtos tradicionais exportados pelo Brasil, restando os veículos automotores, cuja entrada na pauta de exportações do País é recente. Além disso, este último é mais um produto que se caracteriza pelo comércio administrado, fazendo parte, também, do acordo automotivo firmado entre Brasil e Argentina, o que o torna especial, já que sua comercialização é regida por normas próprias.⁴

Com a depreciação do real em princípios de 1999, gerou-se um temor por parte dos empresários do setor têxtil argentino de uma invasão de produtos têxteis brasileiros, à semelhança do que já vinha acontecendo com esses produtos provenientes do Sudeste Asiático. Assim, solicitaram maior proteção para o setor, o qual já vinha enfrentando dificuldades em decorrência da demanda interna e dos problemas de emprego enfrentados pelo setor (Conflitos..., 2000).

As tecelagens brasileiras foram acusadas de *dumping*, e, em meados de julho de 1999, estabeleu-se uma medida de salvaguarda por parte da Argentina que "(...) consistia na fixação de cotas anuais para as importações de tecidos de algodão e suas mesclas originárias do Brasil — além da China e Paquistão" (Conflitos..., 2000, p.46).

O Governo brasileiro reagiu e, em fevereiro de 2000, apresentou queixa contra a Argentina junto à Organização Mundial do Comércio (OMC). Diante desse fato, o Governo argentino optou por excluir os produtos brasileiros da medida de salvaguarda, em troca da retirada da reclamatória brasileira junto à OMC. Posteriormente, realizaram-se várias negociações entre os representantes privados do setor dos dois países, mas seus resultados, até agora, foram infrutíferos.

Inserção baixa e dependência média

Esse é o grupo de produtos com maior representatividade, em valores, na pauta de exportação do Brasil para a Argentina, sendo responsável, em 1998, por uma cifra superior a US\$ 3,1 bilhões, o que levou a um percentual de participação superior a 46%, conforme pode ser visto na Tabela 5.

⁴ O acordo automotivo será visto mais detalhadamente no tópico a seguir.

Com um total de 51 produtos (Tabela 7 do Anexo 1), esse grupo é composto, dentre outros, por: produtos químicos orgânicos; produtos farmacêuticos; resinas e matérias plásticas; produtos químicos diversos; papel e papelão; cobre; manufaturas de metais (principalmente cutelaria); máquinas agrícolas; máquinas para fabricar polpa e papel; outras máquinas industriais; equipamentos de calefação e refrigeração; máquinas para elaboração automática de dados, receptores de televisão; equipamentos de telecomunicações e partes e acessórios; aparelhos domésticos; máquinas e aparelhos elétricos; automóveis de passageiros, autopeças e motocicletas.

De um modo geral, são produtos da indústria de transformação, mais intensivos em capital e sujeitos a um comércio administrado, com um enorme comércio potencial para o Brasil junto ao mercado da Argentina. Considerando-se os valores em dólares, dentre os 20 produtos com maior comércio potencial para produtos brasileiros no mercado vizinho, 12 deles pertencem a esse grupo de inserção baixa e dependência média, conforme pode ser visto na Tabela 2. Entretanto, dado o grau de inserção bastante baixo para alguns deles (equipamento de telecomunicações e partes e acessórios; máquinas para elaboração automática de dados; produtos farmacêuticos; compostos organominerais; máquinas e equipamentos especiais para determinadas indústrias), as possibilidades de aumento nas exportações são limitadas, já que a baixa inserção denota pouca competitividade do produto brasileiro naquele mercado.

O destaque maior dentro desse grupo é o acordo automotivo do Mercosul, fechado em dezembro de 2000, depois de inúmeras discussões e desacertos, e que deverá vigorar de 1º de fevereiro de 2001 até janeiro de 2006, quando será instituído o livre-comércio para o setor.

Em 1994, o Conselho do Mercado Comum (CMC) estabeleceu a data de 1º de janeiro de 2000 para entrar em vigor no Mercosul um regime automotivo comum baseado no livre-comércio intrazona, com uma tarifa externa comum e livre de incentivos nacionais que pudessem distorcer a competitividade. Entretanto, posteriormente, o Brasil introduziu um sistema de promoção aos investimentos no setor e incentivos para localização desses investimentos em regiões menos desenvolvidas, o que, obviamente, afetaria as condições de concorrência a favor das empresas que se beneficiassem desses incentivos concedidos pelo País. A crise internacional desencadeada em 1997 só agravou as diferenças entre o Brasil e a Argentina no que se referia ao acordo automotivo, e, ao final de 1998, os quatro países-membros do Mercosul optaram por adicionar um período de cinco anos ao prazo anteriormente estabelecido para o livre-comércio do setor.

A mudança na política cambial brasileira e a decisão do País de conceder benefícios fiscais especiais até 2010 para a instalação de uma planta da Ford

no nordeste brasileiro, enquanto a Argentina solicitava menores tarifas externas para importação de peças estrangeiras, só agravavam os conflitos para a implantação do regime automotivo a partir de janeiro de 2000, culminando com a decisão da Argentina,

“(...) nos últimos dias de 1999, de prorrogar sem data de vencimento o regime automotivo nacional e de solicitar uma extensão por sete anos do prazo oportunamente comprometido ante a OMC (Acordo TRIMs) para eliminar os requisitos de conteúdo local e de compromisso de exportações implícitos no mesmo (...)

“Neste marco os principais pontos em disputa entre as partes giravam em torno dos métodos de administração do comércio no período de transição, as tarifas para as autopeças, o interesse argentino em incluir um requisito de integração nacional dentro do sub-regional e a aplicação de multas ou sanções para os casos de desvios a respeito das pautas comerciais a serem negociadas” (Conflitos..., 2000, p.51).

Depois de muitas idas e vindas, avanços e recuos, Brasil e Argentina chegaram a um consenso sobre o tema.⁵

Pelos termos acordados, veículos e autopeças comercializados entre os dois países em 2001 só serão tributados se ultrapassarem 5% de variação da balança comercial entre Brasil e Argentina, sendo que esse percentual subirá gradualmente para 7,5% em 2002 e para 10% em 2003, e, em 2004 e 2005, a margem de flexibilidade será determinada pelo Comitê Automotivo, estabelecido também no Acordo (Ablin, Lucangeli, 2000). As tarifas de importação de automóveis e de autopeças estabelecidas foram de 35% e 14%, respectivamente, para o comércio do Brasil e da Argentina com terceiros mercados. Uruguai e Paraguai tiveram suas tarifas de importação de automóveis fixadas em 20%, para veículos importados de fora do Mercosul.

Considerações finais

Ao longo da década de 90, observou-se um aumento da inserção e da dependência das exportações brasileiras junto ao mercado argentino, aumento

⁵ Embora no acordo estejam envolvidos os quatro países parceiros do bloco, a batalha decisiva foi travada entre Brasil e Argentina, dada a importância do setor para suas economias.

este que pode ser atribuído à implantação do Mercosul, tendo em vista o efeito integração positivo registrado no período. Embora a abertura comercial nos anos 90 tenha se refletido em um aumento dos fluxos de comércio em nível mundial tanto para o Brasil quanto para a Argentina, o efeito integração positivo registrado no comércio entre os dois países, exceto no ano de 1999, deixa evidenciado que a criação de um bloco econômico entre eles contribuiu de maneira positiva para o incremento do fluxo comercial bilateral.

Considerando-se os seis grupos de produtos organizados e levando-se em conta a inserção e a dependência, nas exportações do Brasil para a Argentina em 1998 os valores exportados concentraram-se nos grupos com inserção baixa e dependência média (46,35% do valor exportado pelo Brasil para a Argentina nesse ano) e inserção baixa e dependência baixa (29,74%). Tal fato enfatiza o caráter multinacional da pauta de exportações do País. Isto porque, embora tenha na Argentina seu segundo parceiro comercial (só perdendo para os Estados Unidos), o grau de dependência do Brasil em relação a esse mercado pode ser considerado de médio a baixo.

Paralelamente, analisando-se pelo número de produtos que compõem cada grupo, predominam os de inserção baixa e dependência baixa (128 produtos) e os de inserção baixa e dependência média (51 produtos), de um total de 209 produtos analisados.

Do grupo com inserção baixa e dependência média fazem parte, de um modo geral, os produtos mais intensivos em capital, como é o caso dos automóveis de passageiros; auto-peças; papel e cartão; derivados de plástico; máquinas e aparelhos elétricos. Nesse grupo, as maiores possibilidades de incremento nas exportações parecem estar nos produtos ligados ao setor automotivo, tendo em vista o acordo existente no Mercosul. Para outros, como, por exemplo, equipamentos de telecomunicações e partes acessórios; produtos farmacêuticos; máquinas para elaboração automática de dados e compostos organominerais, embora o comércio potencial no mercado argentino seja alto, a baixa competitividade (refletida no grau de inserção) limita as possibilidades de expansão. Além disso, muitos produtos desse grupo são produzidos por empresas multinacionais, sujeitos, portanto, a um comércio administrado, o que pode mascarar as reais condições de competitividade do produto brasileiro junto ao mercado vizinho, já que as decisões são tomadas levando-se em conta o interesse da matriz, e este nem sempre corresponde ao do país exportador.

No grupo de inserção baixa e dependência baixa — cujo comércio potencial ultrapassa os US\$ 10 bilhões —, estão, dentre outros, os motores de combustão interna; as chapas planas de ferro e aço; os pneus; as máquinas e equipamentos de engenharia civil. Embora o comércio potencial seja grande

para esse grupo, a baixa competitividade também fica evidenciada no grau de inserção. Para muitos produtos que dele fazem parte, o comércio também é administrado, por se tratarem de empresas pertencentes a multinacionais.

Assim, é possível concluir-se que, apesar do crescimento bilateral, fruto da integração comercial, a maior parte dos produtos brasileiros ainda se mantém com baixa inserção no mercado argentino, indicando que o potencial de expansão pode estar limitado pelas condições de competitividade.

Além disso, a mudança na política cambial brasileira em janeiro de 1999 coincidiu com o único ano, dentro do período analisado (1990-99), em que o efeito integração se apresentou negativo. Tal fato reforça as suposições de que o Brasil, se quiser dar uma relativa sustentação ao programa de integração com a Argentina, terá de manter uma política de atração desse parceiro ao bloco do Mercosul. Dentre outras medidas, uma delas é a geração de déficits comerciais. Caso contrário, as pressões e as dificuldades encontradas para a manutenção do bloco serão bem maiores, com o acirramento dos contenciosos e de medidas protecionistas.

Coincidência ou não, o tema relativo à formação da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA) voltou à tona mais fortemente nos últimos dois anos, a partir da mudança na política comercial brasileira. E, a partir da formação da ALCA, com a possibilidade de produtos oriundos da América da Norte poderem entrar no território argentino sem tarifas, especialmente os industrializados, poder-se-á esperar um aumento nas dificuldades para ganhar competitividade junto ao país vizinho, obstaculizando-se, assim, um aumento das exportações brasileiras para a Argentina.

Anexo 1

Tabelas

Tabela 1

Comércio exterior do Brasil e da Argentina — 1990-99

(US\$, milhões)

ANOS	IMPORTAÇÕES DA ARGENTINA (A)	EXPORTAÇÕES DA ARGENTINA (B)	CORRENTE DE COMÉRCIO DA ARGENTINA (A + B) (C)	IMPORTAÇÕES DO BRASIL (D)	EXPORTAÇÕES DO BRASIL (E)
1990	4 197	12 488	16 685	20 661	31 414
1991	8 403	12 146	20 549	21 041	31 620
1992	14 982	12 399	27 381	20 554	35 793
1993	16 872	13 269	30 141	25 256	38 555
1994	21 590	15 839	37 429	33 079	43 545
1995	20 122	20 963	41 085	49 972	46 506
1996	23 762	23 811	47 573	53 346	47 747
1997	30 450	26 431	56 881	59 838	52 990
1998	31 404	26 441	57 845	57 714	51 120
1999	25 508	23 334	48 842	49 210	48 011

ANOS	CORRENTE DE COMÉRCIO DO BRASIL (D + E) (F)	IMPORTAÇÕES DA ARGENTINA PELO BRASIL (G)	EXPORTAÇÕES DO BRASIL PARA A ARGENTINA (H)	CORRENTE DE COMÉRCIO BRASIL-ARGENTINA (G + H) (I)	CORRENTE DE COMÉRCIO BRASIL- ARGENTINA COM O MUNDO (C + F) (J)
1990	52 075	1 400	645	2 045	68 760
1991	52 661	1 615	1 476	3 091	73 210
1992	56 347	1 732	3 040	4 772	83 728
1993	63 811	2 717	3 659	6 376	93 952
1994	76 624	3 662	4 136	7 798	114 053
1995	96 478	5 591	4 041	9 632	137 563
1996	101 093	6 805	5 170	11 975	148 666
1997	112 828	8 032	6 767	14 799	169 709
1998	108 834	8 034	6 747	14 781	166 679
1999	97 221	5 812	5 364	11 176	146 063

FONTE DOS DADOS BRUTOS: INDEC.
MDIC

Tabela 2

Comércio potencial para exportação brasileira com produtos de inserção alta
e dependência baixa na Argentina — 1998

PRODUTOS	IMPORTAÇÕES DA ARGENTINA (US\$ mil)	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA ARGENTINA (US\$ mil)	COMÉRCIO POTENCIAL (US\$ mil)
287	74 032	64 018	10 014
687	7 545	6 464	1 081
071	96 649	80 041	16 608
281	187 810	155 192	32 618
971	56	38	18
121	15 112	10 049	5 063
014	24 803	14 646	10 157
011	215 874	127 216	88 658
075	16 858	9 601	7 257
061	4 254	2 336	1 918
122	4 676	2 422	2 254
062	30 580	15 669	14 911
672	221 129	111 763	109 366

(continua)

Tabela 2

Comércio potencial para exportação brasileira com produtos de inserção alta e dependência baixa na Argentina — 1998

PRODUTOS	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (US\$ mil)	INSERÇÃO (participação das exportações do Brasil nas importações Argentinas) (%)	DEPENDÊNCIA (participação das exportações brasileiras para Argentina sobre totais do Brasil) (%)
287	359 356	86,47	17,81
687	35 860	85,67	18,03
071	2 604 676	82,82	3,07
281	3 251 140	82,63	4,77
971	388 259	67,86	0,01
121	939 773	66,50	1,07
014	350 881	59,05	4,17
011	1 237 409	58,93	10,28
075	86 096	56,95	11,15
061	1 953 326	54,91	0,12
122	619 102	51,80	0,39
062	73 843	51,24	21,22
672	1 549 013	50,54	7,22

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CEPAL.

Tabela 3

Comércio potencial para exportação brasileira com produtos de inserção alta e dependência alta na Argentina — 1998

PRODUTOS	IMPORTAÇÕES DA ARGENTINA (US\$ mil)	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA ARGENTINA (US\$ mil)	COMÉRCIO POTENCIAL (US\$ mil)
686	12 040	9 404	2 636
267	25 332	15 361	9 971
786	63 085	33 414	29 671

PRODUTOS	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (US\$ mil)	INSERÇÃO (participação das exportações do Brasil nas importações argentinas) (%)	DEPENDÊNCIA (participação das exportações brasileiras para a Argentina sobre totais do Brasil) (%)
686	16 456	78,11	57,15
267	19 312	60,64	79,54
786	57 339	52,97	58,27

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CEPAL.

Tabela 4

Comércio potencial para exportação brasileira com produtos de inserção baixa e dependência alta na Argentina — 1998

PRODUTOS	IMPORTAÇÕES DA ARGENTINA (US\$ mil)	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA ARGENTINA (US\$ mil)	COMÉRCIO POTENCIAL (US\$ mil)
782	1 169 874	561 637	608 237
554	132 277	46 538	85 739
263	11 039	3 173	7 866
655	60 313	17 099	43 214
411	28 759	5 581	23 178
266	28 383	5 297	23 086
847	18 320	2 732	15 588
653	180 656	12 403	168 253
630	23 292	768	22 524
244	3 179	3	3 176
322	54 318	24	54 294

PRODUTOS	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (US\$ mil)	INSERÇÃO (participação das exportações do Brasil nas importações argentinas) (%)	DEPENDÊNCIA (participação das exportações brasileiras para a Argentina sobre totais do Brasil) (%)
782	1 019 823	48,01	55,07
554	79 487	35,18	58,55
263	5 395	28,74	58,81
655	24 565	28,35	69,61
411	6 659	19,41	83,81
266	6 271	18,66	84,47
847	4 966	14,91	55,01
653	20 373	6,87	60,88
630	939	3,30	81,79
244	4	0,09	75,00
322	35	0,04	68,57

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CEPAL.

Tabela 5

Comércio potencial para exportação brasileira com produtos de inserção baixa e dependência baixa na Argentina — 1998

a) importações da Argentina, exportações para a Argentina e comércio potencial

(US\$ mil)

PRODUTOS	IMPORTAÇÕES DA ARGENTINA	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A ARGENTINA	COMÉRCIO POTENCIAL
674	234 852	110 328	124 524
091	2 356	1 103	1 253
073	26 264	11 936	14 328
684	159 935	71 886	88 049
851	177 095	74 388	102 707
713	653 966	272 021	381 945
431	15 686	6 451	9 235
625	242 328	97 697	144 631
673	124 349	48 407	75 942
522	80 985	31 311	49 674
662	80 168	29 881	50 287
511	124 888	43 834	81 054
897	12 451	4 301	8 150
671	29 775	10 270	19 505
651	151 805	52 129	99 676
634	59 192	20 053	39 139
269	93	31	62
248	89 541	29 428	60 113
047	228	74	154
512	94 615	30 510	64 105
657	111 415	34 169	77 246
697	67 952	20 806	47 146
723	264 249	77 455	186 794
882	138 999	40 738	98 261
663	76 892	22 432	54 460
111	4 568	1 304	3 264

(continua)

Tabela 5

Comércio potencial para exportação brasileira com produtos de inserção baixa e dependência baixa na Argentina — 1998

a) importações da Argentina, exportações para a Argentina e comércio potencial

(US\$ mil)

PRODUTOS	IMPORTAÇÕES DA ARGENTINA	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A ARGENTINA	COMÉRCIO POTENCIAL
821	188 629	51 108	137 521
742	207 546	53 169	154 377
058	78 491	18 247	60 244
664	87 521	19 506	68 015
034	11 674	2 579	9 095
896	2 341	25	2 316
792	269 689	2 467	267 222
211	9 718	79	9 639
848	36 247	275	35 972
273	10 353	60	10 293
759	299 031	1 564	297 467
613	582	3	579
247	1 241	6	1 235
774	92 508	384	92 124
714	139 849	567	139 282
676	5 115	20	5 095
881	43 936	158	43 778
423	18 879	51	18 828
036	9 017	21	8 996
793	38 042	62	37 980
223	135 909	97	135 812
763	57 369	39	57 330
685	6 002	1	6 001
232	38 605	1	38 604

Tabela 5

Comércio potencial para exportação brasileira com produtos de inserção baixa e dependência baixa na Argentina — 1998

b) exportações brasileiras, inserção e dependência

PRODUTOS	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (US\$ mil)	INSERÇÃO (participação das exportações do Brasil nas importações argentinas) (%)	DEPENDÊNCIA (participação das exportações brasileiras para a Argentina sobre totais do Brasil) (%)
674	701 739	46,98	15,72
091	8 250	46,82	13,37
073	53 542	45,45	22,29
684	1 083 357	44,95	6,64
851	1 330 465	42,00	5,59
713	1 141 817	41,60	23,82
431	97 450	41,13	6,62
625	525 010	40,32	18,61
673	229 203	38,93	21,12
522	237 125	38,66	13,20
662	193 051	37,27	15,48
511	223 574	35,10	19,61
897	64 667	34,54	6,65
671	890 275	34,49	1,15
651	216 421	34,34	24,09
634	313 593	33,88	6,39
269	164	33,33	18,90
248	456 232	32,87	6,45
047	1 807	32,46	4,10
512	148 096	32,25	20,60
657	142 381	30,67	24,00
697	101 945	30,62	20,41
723	411 651	29,31	18,82
882	210 061	29,31	19,39
663	99 313	29,17	22,59
111	21 483	28,55	6,07

(continua)

Tabela 5

Comércio potencial para exportação brasileira com produtos de inserção baixa e dependência baixa na Argentina — 1998

b) exportações brasileiras, inserção e dependência

PRODUTOS	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (US\$ mil)	INSERÇÃO (participação das exportações do Brasil nas importações argentinas) (%)	DEPENDÊNCIA (participação das exportações brasileiras para a Argentina sobre totais do Brasil) (%)
821	361 123	27,09	14,15
742	245 439	25,62	21,66
058	1 347 504	23,25	1,35
664	93 370	22,29	20,89
034	34 001	22,09	7,59
896	323	1,07	7,74
792	1 317 512	0,91	0,19
211	13 945	0,81	0,57
848	6 831	0,76	4,03
273	2 676	0,58	2,24
759	11 819	0,52	13,23
613	8 032	0,52	0,04
247	45 039	0,48	0,01
774	8 650	0,42	4,44
714	103 467	0,41	0,55
676	3 519	0,39	0,57
881	965	0,36	16,37
423	841 901	0,27	0,01
036	68 475	0,23	0,03
793	131 243	0,16	0,05
223	2 176 689	0,07	0,00
763	1 231	0,07	3,17
685	148	0,02	0,68
232	2 509	0,00	0,04

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CEPAL.

Tabela 6

Comércio potencial para exportação brasileira com produtos de inserção alta e dependência média na Argentina — 1998

PRODUTOS	IMPORTAÇÕES DA ARGENTINA (US\$ mil)	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A ARGENTINA (US\$ mil)	COMÉRCIO POTENCIAL (US\$ mil)
072	75 218	60 187	15 031
652	107 897	80 125	27 772
658	99 677	63 502	36 175
783	162 308	95 040	67 268

PRODUTOS	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (US\$ mil)	INSERÇÃO (participação das exportações do Brasil nas importações argentinas) (%)	DEPENDÊNCIA (participação das exportações brasileiras para a Argentina sobre totais do Brasil) (%)
072	152 231	80,02	39,54
652	208 595	74,26	38,41
658	232 568	63,71	27,30
783	301 834	58,56	31,49

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CEPAL.

Tabela 7

Comércio potencial para exportação brasileira com produtos de inserção baixa e dependência média na Argentina — 1998

a) importações da Argentina, exportações para a Argentina e comércio potencial

(US\$ mil)

PRODUTOS	IMPORTAÇÕES DA ARGENTINA	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A ARGENTINA	COMÉRCIO POTENCIAL
696	78 541	35 416	43 125
725	62 795	27 836	34 959
722	139 585	61 770	77 815
846	50 772	22 006	28 766
781	1 623 063	641 332	981 731
844	31 937	12 424	19 513
784	1 685 937	625 821	1 060 116
659	31 484	11 593	19 891
516	119 799	39 733	80 066
721	231 871	76 470	155 401
642	154 597	49 107	105 490
641	761 345	229 168	532 177
583	591 433	175 070	416 363
591	295 713	87 253	208 460
873	32 366	9 507	22 859
677	23 561	6 843	16 718
533	206 901	55 752	151 149
692	73 342	19 022	54 320
682	129 899	31 523	98 376
694	91 020	21 877	69 143
621	76 240	17 586	58 654
761	50 818	11 685	39 133
582	299 224	56 732	242 492
775	308 412	58 406	250 006
054	48 554	9 115	39 439
665	52 724	9 846	42 878

(continua)

Tabela 7

Comércio potencial para exportação brasileira com produtos de inserção baixa e dependência média na Argentina — 1998

a) importações da Argentina, exportações para a Argentina e comércio potencial

(US\$ mil)

PRODUTOS	IMPORTAÇÕES DA ARGENTINA	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A ARGENTINA	COMÉRCIO POTENCIAL
598	300 869	55 982	244 887
513	186 673	34 513	152 160
778	645 443	114 443	531 000
042	7 348	1 220	6 128
025	40 184	6 616	33 568
773	179 691	28 997	150 694
691	96 957	15 413	81 544
553	138 358	18 824	119 534
048	69 672	9 328	60 344
893	398 698	44 587	354 111
741	427 509	46 368	381 141
785	170 035	17 739	152 296
541	780 977	81 210	699 767
752	806 255	82 343	723 912
842	56 579	5 221	51 358
728	364 177	30 890	333 287
515	492 071	31 926	460 145
764	1 366 774	67 038	1 299 736
024	20 591	972	19 619
726	101 684	4 417	97 267
711	148 000	6 144	141 856
012	29 540	995	28 545
892	283 214	9 212	274 002
898	225 097	6 334	218 763
831	48 365	1 202	47 163

Tabela 7

Comércio potencial para exportação brasileira com produtos de inserção baixa e dependência média na Argentina — 1998

b) exportações brasileiras, inserção e dependência

PRODUTOS	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (US\$ mil)	INSERÇÃO (participação das exportações do Brasil nas importações argentinas) (%)	DEPENDÊNCIA (participação das exportações brasileiras para a Argentina sobre totais do Brasil) (%)
696	111 242	45,09	31,84
725	92 101	44,33	30,22
722	148 415	44,25	41,62
846	59 245	43,34	37,14
781	1 618 647	39,51	39,62
844	32 132	38,90	38,67
784	1 788 823	37,12	34,99
659	24 647	36,82	47,04
516	135 994	33,17	29,22
721	222 798	32,98	34,32
642	144 977	31,76	33,87
641	851 495	30,10	26,91
583	439 942	29,60	39,79
591	197 518	29,51	44,17
873	35 639	29,37	26,68
677	26 208	29,04	26,11
533	115 944	26,95	48,09
692	44 199	25,94	43,04
682	81 964	24,27	38,46
694	57 908	24,04	37,78
621	48 748	23,07	36,08
761	25 645	22,99	45,56
582	119 640	18,96	47,42
775	145 702	18,94	40,09
054	22 617	18,77	40,30
665	37 522	18,67	26,24

(continua)

Tabela 7

Comércio potencial para exportação brasileira com produtos de inserção baixa e dependência média na Argentina — 1998

b) exportações brasileiras, inserção e dependência

PRODUTOS	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (US\$ mil)	INSERÇÃO (participação das exportações do Brasil nas importações argentinas) (%)	DEPENDÊNCIA (participação das exportações brasileiras para a Argentina sobre totais do Brasil) (%)
598	170 377	18,61	32,86
513	98 865	18,49	34,91
778	361 862	17,73	31,63
042	3 857	16,60	31,63
025	20 916	16,46	31,63
773	72 333	16,14	40,09
691	50 324	15,90	30,63
553	58 501	13,61	32,18
048	33 319	13,39	28,00
893	150 309	11,18	29,66
741	125 223	10,85	37,03
785	40 870	10,43	43,40
541	248 148	10,40	32,73
752	216 909	10,21	37,96
842	14 019	9,23	37,24
728	121 461	8,48	25,43
515	118 642	6,49	26,91
764	255 420	4,90	26,25
024	3 428	4,72	28,35
726	13 907	4,34	31,76
711	17 204	4,15	35,71
012	3 632	3,37	27,40
892	34 752	3,25	26,51
898	21 908	2,81	28,91
831	4 348	2,49	27,64

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CEPAL.

Anexo 2

Classificação Uniforme para o Comércio Internacional (CUCI) - revisão 2

Seção 0 - Produtos alimentícios e animais vivos destinados à alimentação

Cap. 00 Animais vivos

001 Animais vivos destinados à alimentação

Cap. 01 Carnes e preparados de carne

011 Carnes e despojos comestíveis, frescos, refrigerados ou congelados

012 Carnes e despojos comestíveis (exceto fígado de aves)

014 Preparados, conservas de carne e despojos comestíveis

Cap. 02 Produtos lácteos e ovos

022 Leite e creme

023 Manteiga

024 Queijo e coalhada

025 Ovos de aves e gemas, frescos, desidratados, etc.

Cap. 03 Peixes, crustáceos e moluscos, inclusive seus preparados

034 Peixe fresco (vivo ou morto), refrigerado ou congelado

035 Peixe seco, salgado ou em salmoura; peixe defumado

036 Crustáceos e moluscos pelados ou não de diferentes maneiras

037 Peixes, crustáceos e moluscos, preparados ou em conserva

Cap. 04 Cereais e seus preparados

041 Trigo (também escândea) e trigo com centeio, sem moer

042 Arroz

043 Cevada sem moer

044 Milho sem moer

045 Cereais sem moer (exceto trigo, arroz, cevada, milho)

046 Sêmola e farinha fina de trigo e de trigo com centeio

047 Outras sêmolas e farinhas finas de cereais

048 Preparados de cereais e de farinha fina

- Cap. 05 Legumes e frutas
 - 054 Legumes frescos, refrigerados, congelados, conservados
 - 056 Legumes, raízes e tubérculos, preparados ou em conserva
 - 057 Frutas e nozes (não nozes oleaginosas) frescas ou secas
 - 058 Frutas em conserva e preparados de frutas

- Cap. 06 Açúcar e seus preparados e mel
 - 061 Açúcar e mel
 - 062 Artigos de confeitaria e outros preparados de açúcar (não chocolate)

- Cap. 07 Café, chá, cacau, especiarias e seus preparados
 - 071 Café e sucedâneos do café
 - 072 Cacau
 - 073 Chocolate e outros preparados alimentícios que tenham cacau
 - 074 Chá e mate
 - 075 Especiarias

- Cap. 08 Alimentos para animais (exceto cereais sem moer)
 - 081 Alimentos para animais (exceto cereais sem moer)

- Cap. 09 Produtos e preparados comestíveis diversos
 - 091 Margarina e manteigas de pastelaria
 - 098 Produtos e preparados comestíveis

Seção 1 – Bebidas e tabaco

- Cap. 11 Bebidas
 - 111 Bebidas não alcoólicas
 - 112 Bebidas alcoólicas

- Cap. 12 Tabaco e suas manufaturas
 - 121 Tabaco em bruto; resíduos de tabaco
 - 122 Tabaco manufaturado

Seção 2 – Materiais crus não comestíveis, exceto os combustíveis

- Cap. 21 Couros, peles e peles finas sem curtir
 - 211 Couros e peles (exceto peles finas) sem curtir
 - 212 Peles finas sem curtir (também astracã, caracul, persa, etc.)

- Cap. 22 Sementes de frutas oleaginosas
222 Sementes e frutas oleaginosas, inteiras ou partidas
223 Sementes e frutas oleaginosas, inteiras ou partidas
- Cap. 23 Borracha em bruto (inclusive borracha sintética ou regenerada)
232 Látex de borracha natural; borracha e gomas similares, naturais
233 Látex de borracha sintética; borracha sintética e artificial, derivada de óleos
- Cap. 24 Cortiça e madeira
244 Cortiça natural em bruto e desperdícios
245 Lenha (não-desperdícios de madeira) e carvão vegetal
246 Madeira para polpa (não-aperas e desperdícios de madeira)
247 Outras madeiras em bruto ou simplesmente desempenadas
248 Madeira trabalhada simples e travessas para vias férreas
- Cap. 25 Polpa e desperdícios de papel
251 Polpa e desperdícios de papel
- Cap. 26 Fibras têxteis (exceto mechas de lã penteada – *tops*) e seus desperdícios não manufaturados
261 Seda
263 Algodão
264 Juta e outras fibras têxteis de liber em rama elaboradas
265 Fibras têxteis vegetais (não algodão, juta) e desperdícios
266 Fibras sintéticas adequadas para fiação
267 Outras fibras artificiais para fiação e seus desperdícios
268 Lã e outros pêlos de animais (não-mechas penteadas)
269 Roupas velhas e outros artigos têxteis velhos; trapos
- Cap. 27 Adubos e minerais em bruto (exceto carvão e petróleo)
271 Adubos em bruto
273 Pedra, areia e cascalho
274 Enxofre e piritas de ferro sem tostar
277 Abrasivos naturais (inclusive diamantes industriais)
278 Outros minerais em bruto
- Cap. 28 Aperas e desperdícios e resíduos de metais
281 Mineral de ferro e seus concentrados

- 282 Sucata e desperdícios de ferro e aço
- 286 Minerais de urânio e tório e seus concentrados
- 287 Minerais de metais comuns e seus concentrados
- 288 Desperdícios e resíduos de metais comuns não ferrosos
- 289 Minerais de metais preciosos e seus concentrados

- Cap. 29 Produtos animais e vegetais em bruto não especificados
- 291 Produtos animais em bruto
- 292 Produtos vegetais em bruto

Seção 3 – Combustíveis e lubrificantes minerais

- Cap. 32 Hulha, coque e briquetes
 - 322 Hulha, linhito e turba
 - 323 Briquetes; coque e semicoque de hulha, carvão, etc.
- Cap. 33 Petróleo, derivados do petróleo e produtos conexos
 - 333 Óleo de petróleo cru, óleo cru de minerais betuminosos
 - 334 Produtos derivados do petróleo, refinados
 - 335 Produtos residuais derivados do petróleo e produto conexos
- Cap. 34 Gás natural e artificial
 - 341 Gás natural e artificial
- Cap. 35 Corrente elétrica
 - 351 Corrente elétrica

Seção 4 – Óleos, gorduras e ceras animal e vegetal

- Cap. 41 Óleo e gorduras animais
 - 411 Óleos e gorduras de origem animal
- Cap. 42 Óleos e gorduras vegetais
 - 423 Óleos fixos de origem vegetal, líquido, em bruto, refinado ou purificado
 - 424 Outros óleos fixos de origem vegetal, líquido ou sólido, em bruto, refinado, purificado
- Cap. 43 Óleos e gorduras elaborados e ceras animal e vegetal
 - 431 Óleos, gorduras e cera de origem animal e vegetal, elaborados

Seção 5 - Produtos químicos e conexos

- Cap. 51 Produtos químicos orgânicos
- 511 Hidrocarburos e derivados halogenados, sulfonados, etc.
 - 512 Álcoois, fenóis, fenóis-álcoois e seus derivados
 - 513 Ácidos, carboxílicos e seus anidridos, halogênuros, etc.
 - 514 Compostos de funções nitrogenadas
 - 515 Compostos organominerais e heterocíclicos
 - 516 Outros produtos químicos orgânicos
- Cap. 52 Produtos químicos inorgânicos
- 522 Elementos químicos inorgânicos, óxidos e sais halogenados
 - 523 Outros produtos químicos inorgânicos; compostos orgânicos e inorgânicos de metais
 - 524 Matérias radiativas e conexas
- Cap. 53 Matérias tintóreas, colorantes e curtidoras
- 531 Matérias tintóreas, orgânicas e sintéticas, índigo natural e laca colorantes
 - 532 Extratos tintóreos e curtidores e materiais curtidores sintéticos
 - 533 Pigmentos, pinturas, vernizes e matérias conexas
- Cap. 54 Produtos medicinais e farmacêuticos
- 541 Produtos medicinais e farmacêuticos
- Cap. 55 Óleos essenciais, produtos de perfumaria, preparados de toucador
- 551 Óleos essenciais, matérias aromatizantes e saporíferas
 - 553 Produtos de perfumaria, cosméticos e preparados de toucador
 - 554 Sabão e preparados para limpar e polir
- Cap. 56 Adubos manufaturados
- 562 Adubos manufaturados
- Cap. 57 Explosivos e produtos de pirotecnia
- 572 Explosivos e produtos de pirotecnia
- Cap. 58 Resinas e matérias plásticas artificiais
- 582 Produtos de condensação, policondensação e poliadição
 - 583 Produtos de polimerização e copolimerização

- 584 Celulose regenerada, ésteres e éteres de celulose e outros
- 585 Outras resinas artificiais e matérias plásticas

- Cap. 59 Matérias e produtos químicos não especificados
 - 591 Desinfetantes, inseticidas, fungicidas, herbicidas, etc.
 - 592 Amidos e féculas, inulina e glúten de trigo, colas
 - 598 Produtos químicos diversos

Seção 6 – Artigos manufaturados, classificados segundo o material

- Cap. 61 Couro e manufaturas de couro não especificadas, peleteria
 - 611 Couro
 - 612 Manufaturas de couro natural, artificial ou regenerado
 - 613 Peleteria curtida ou adobada, desperdícios ou retalhos

- Cap. 62 Manufaturas de borracha não especificada
 - 621 Materiais de borracha
 - 625 Bandas, pneus, câmaras de ar, etc.
 - 628 Artigos de borracha

- Cap. 63 Manufaturas de cortiça e de madeira, exceto móveis
 - 633 Manufaturas de cortiça
 - 634 Chapas de madeira terciada, melhorada ou regenerada, etc.
 - 635 Manufaturas de madeira

- Cap. 64 Papel, cartão e artigos de papel ou cartão
 - 641 Papel e cartão
 - 642 Papéis e cartões recortados e artigos de papel ou de cartão

- Cap. 65 Fios, tecidos, artigos de confecção, fibras têxteis não especificadas
 - 651 Fios de fibras têxteis
 - 652 Tecidos de algodão
 - 653 Tecidos de fibras artificiais
 - 654 Tecidos de fibras têxteis, não-algodão ou fibras artificiais
 - 655 Tecidos de malha ou crochê
 - 656 Tules, rendas, bordados, fitas, passamanaria e outros
 - 657 Tecidos especiais de fibras têxteis e produtos conexos
 - 658 Artigos confeccionados total ou principalmente com materiais têxteis
 - 659 Cobertores e mantas

- Cap. 66 Manufaturas de minerais não-metálicos não especificados
- 661 Cal, cimento e materiais elaborados de construção
 - 662 Materiais de construção de argila e materiais refratários
 - 663 Manufaturas de minerais
 - 664 Vidro
 - 665 Manufaturas de vidro
 - 666 Artigos de cerâmica
 - 667 Pérola, pedra preciosa e semipreciosa, em bruto ou trabalhada
-

- Cap. 67 Ferro e aço
- 671 Ferro fundido, fundição especular, ferro esponjoso
 - 672 Lingotes e outras formas primárias de ferro e aço
 - 673 Barras, varas, ângulo, perfil e seção de ferro e aço
 - 674 Planos universais, chapas e lâminas de ferro ou aço
 - 675 Mola e cinta de ferro ou aço, laminado a frio ou calor
 - 676 Trilhos e elementos para vias férreas de ferro ou aço
 - 677 Arame de ferro ou aço revestido ou não, não isolado
 - 678 Tubos e acessórios de tuberia de ferro ou aço
 - 679 Manufaturados de ferro, diversos tipos, sem trabalhar

- Cap. 68 Metais não ferrosos
- 681 Prata, platina e outros metais do grupo da platina
 - 682 Cobre
 - 683 Níquel
 - 684 Alumínio
 - 685 Chumbo
 - 686 Zinco
 - 687 Estanho
 - 688 Urânio empobrecido em U235 e tório, ligas, etc.
 - 689 Outros metais comuns não ferrosos

- Cap. 69 Manufaturas de metais não especificadas
- 691 Estruturas e partes de estruturas de ferro, aço ou alumínio
 - 692 Recipientes de metal para armazenamento e transporte
 - 693 Artigos de arame e gradeados para cercas
 - 694 Pregos, parafusos, porcas, parafusos, rebites
 - 695 Ferramentas de uso manual ou em máquinas
 - 696 Cutelaria
 - 697 Utensílios domésticos de metais comuns
 - 699 Manufaturas de metais comuns

Seção 7 – Maquinaria e equipamento de transporte

- Cap. 71 Máquinas e equipamentos geradores de força
- 711 Caldeiras geradoras de vapor
 - 712 Máquinas de vapor de água ou outros vapores
 - 713 Motores de combustão interna, de êmbolo e suas partes
 - 714 Máquinas e motores não elétricos, partes e peças
 - 716 Aparelhos elétricos rotários e suas partes e peças soltas
 - 718 Outra maquinaria geradora de energia e suas partes
- Cap. 72 Máquinas especiais para determinadas indústrias
- 721 Maquinaria agrícola e suas partes
 - 722 Tratores com ou sem dispositivo de tomada de força
 - 723 Maquinarias e equipamento de engenharia civil
 - 724 Maquinaria têxtil e para trabalhar couros e suas partes
 - 725 Máquinas e aparelhos para fabricar polpa e papel
 - 726 Máquinas e aparelhos para imprimir e encadernar partes
 - 727 Máquinas para elaborar alimentos, partes e peças soltas
 - 728 Outras máquinas e equipamentos especiais para determinadas indústrias e partes
- Cap. 73 Máquinas para trabalhar metais
- 736 Máquinas-ferramentas para trabalhar metais ou carburos metálicos
 - 737 Máquinas para trabalhar metais e suas partes
- Cap. 74 Máquinas e equipamentos industriais não especificados e partes de máquinas não especificadas
- 741 Equipamento de calefação e refrigeração e suas partes
 - 742 Bombas para líquidos, com ou sem dispositivo medidor, etc.
 - 743 Bombas e compressores, ventiladores e sopradores, etc.
 - 744 Equipamento mecânico de manipulação de mercadorias e partes
 - 745 Outras máquinas, ferramentas e aparelhos mecânicos não elétricos
 - 749 Partes e acessórios não elétricos de máquinas
- Cap. 75 Máquinas de escritório e equipamento para elaboração automática de dados
- 751 Máquinas de escritório
 - 752 Máquinas para a elaboração automática de dados e unidades
 - 759 Partes e acessórios reconhecíveis como exclusiva

Cap. 76 Aparelhos, equipamento para telecomunicações, gravação e som

761 Receptores de televisão

762 Radiorreceptores

763 Fonógrafos, ditafones e aparelhos para gravação

764 Equipamentos de telecomunicações e partes e acessórios

Cap. 77 Maquinaria, aparelhos, partes elétricas não especificadas

771 Aparelhos de eletricidade e partes

772 Aparelhos elétricos para ligação, corte de circuitos elétricos

773 Material de distribuição de eletricidade

774 Aparelhos elétricos e radiológicos para usos médicos

775 Aparelhos de uso doméstico, elétricos e não elétricos

776 Lâmpadas, tubos e válvulas eletrônicas de cátodo

778 Máquinas e aparelhos elétricos

Cap. 78 Veículos rodoviários

781 Automóveis para passageiros

782 Veículos automóveis para o transporte de mercadorias

783 Veículos automotores

784 Partes e acessórios de veículos

785 Motocicletas, motonetas e outros veículos com ou sem motor

786 Reboques e outros veículos sem motor e *containers*

Cap. 79 Outro equipamento de transporte

791 Veículos para ferrovias e equipamento conexo

792 Aeronaves e equipamento conexo e suas partes

793 Navios, embarcações e estruturas flutuantes

Seção 8 – Artigos manufaturados diversos

Cap. 81 Artefatos sanitários, sistemas de condução de águas, calefação, não especificadas

812 Artefatos e acessórios sanitários

Cap. 82 Móveis e suas partes

821 Móveis e suas partes

Cap. 83 Artigos de viagem, bolsas de mão e artigos similares

831 Artigos de viagem, bolsas, malas, etc.

- Cap. 84 Prendas de vestir e seus acessórios
 - 842 Roupa exterior para homens e meninos, de tecidos
 - 843 Roupa exterior para mulheres, meninas e bebês, de tecidos
 - 844 Roupa interior de tecidos (não malha ou crochê)
 - 845 Roupa exterior e acessórios de vestir de malha e crochê
 - 846 Roupa interior de malha e crochê
 - 847 Acessórios de vestir, de tecidos
 - 848 Prendas e acessórios de vestir, não de tecidos, chapéus

- Cap. 85 Calçado
 - 851 Calçado

- Cap. 87 Instrumentos e aparelhos profissionais científicos e de controle não especificados
 - 871 Instrumentos e aparelhos de ótica
 - 872 Instrumentos e aparelhos de medicina
 - 873 Medidores e contadores
 - 874 Instrumentos e aparelhos de medição e afins

- Cap. 88 Aparelhos e materiais fotográficos, artigos de óptica, relógios, não especificados
 - 881 Aparelhos e equipamentos fotográficos
 - 882 Materiais fotográficos e cinematográficos
 - 883 Películas cinematográficas impressionadas e reveladas
 - 884 Artigos de óptica
 - 885 Relógios

- Cap. 89 Artigos manufaturados diversos não especificados
 - 892 Impressos
 - 893 Artigos das matérias descritas no Capítulo 58
 - 894 Carros para nenês, brinquedos, jogos e artigos de esporte
 - 895 Artigos de escritório e papelaria
 - 896 Obras de arte, peças de coleção e antigüidades
 - 897 Jóias e objetos de ourivesaria e prataria e outros
 - 898 Instrumentos musicais e suas partes e acessórios
 - 899 Outros artigos manufaturados diversos

Seção 9 – Mercadorias e operações não classificadas em outra rubrica CUCI

911 Pacotes postais não classificados segundo sua natureza

931 Operações e mercadorias especiais não classificadas

941 Animais e insetos vivos

951 Veículos blindados, armas de guerra e munições

961 Moedas que não tenham curso legal

971 Ouro não monetário

FONTE: **Informes Estadísticos** (). New York : NAÇÕES UNIDAS. Série M, n.34, Revisão 2.

Bibliografia

ABLIN, Eduardo, LUCÁNGELI, Jorge (2000). Política comercial Argentina: evolução recente e limitações dos instrumentos futuros. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro : FUNCEX, n.65, p.52-64, out./dez.

CONFLITOS comerciais e setoriais (2000). **Informe MERCOSUL**, Buenos Aires, Arg. : BID-INTAL, v.5, n.6, p.25-60.

MACHADO, João Bosco M., CAVALCANTI, Marco Antônio F. H. (1999). Determinantes do comércio bilateral Argentina-Brasil: uma avaliação dos impactos estáticos do processo de integração no MERCOSUL. **Economia Aplicada**, São Paulo : FEA-USP/FIPE, v.3, n.4, p.537-557, out./dez.